

Asociación Uruguaya de Historia Económica (AUDHE)

Terceras Jornadas de Historia Económica

Montevideo, 9 al 11 de julio de 2003

Simposio N° 1

Nombre del simposio:

**Agronegócio em países e regiões do MERCOSUL:
evolução histórica e tendências contemporâneas**

Coordinadores: Vera Regina Ferreira Carvalho, UNIVATES

Maria Inés Moraes, F. de Ciencias Sociales, UdelaR

Ronaldo Herrlein Jr., PPGE-PUCRS

Título de la ponencia:

Uma análise exploratória da evolução da ocupação, do produto, da produtividade e da rentabilidade nas agroindústrias do Rio Grande do Sul e do Brasil – 1980-2000

Autores:

Ronaldo Herrlein Jr.

Adscripción institucional: Professor e pesquisador da PUCRS (PPGE)

Correo electrónico: ronaldoh@pucrs.br

Gianfrancesco Zucchetti

Adscripción institucional:

Assessor parlamentar (AL-RS) e acadêmico de Economia da PUCRS

Correo electrónico: gianzucchetti@ig.com.br

**Uma análise exploratória da evolução da ocupação, do produto,
da produtividade e da rentabilidade nas agroindústrias
do Rio Grande do Sul e do Brasil – 1980-2000***

Ronaldo Herrlein Jr. (PPGE-FACE-PUCRS)
Gianfrancesco Zucchetti (PUCRS; AL-RS)

O presente trabalho analisa os possíveis impactos sobre a agroindústria gaúcha decorrentes da reestruturação produtiva ocorrida nos anos 90, num ambiente de abertura comercial e de livre movimento de capitais, com grande expansão dos investimentos diretos externos que afetaram diretamente os setores agroindustriais.

Para realizar a análise proposta, avaliamos o comportamento de algumas variáveis e indicadores, tais como a ocupação, o valor da transformação industrial, o tamanho médio dos estabelecimentos, a produtividade do trabalho e a rentabilidade, em 6 (seis) grupos de setores agroindustriais, no Rio Grande do Sul e no Brasil, com base nos dados do Censo Industrial de 1980 (IBGE) e da Pesquisa Industrial Anual (PIA-Empresa/IBGE) para o período 1996-2000.¹ A partir de uma análise exploratória dos dados, procuramos estabelecer algumas hipóteses preliminares sobre a efetividade dos possíveis impactos da reestruturação produtiva e patrimonial ocorrida na agroindústria gaúcha.

Para contextualizar a análise das variáveis e indicadores, tratamos, na primeira seção, de expor brevemente as características da economia brasileira no período a que se referem as informações analisadas. Também com o propósito de situar as possíveis transformações da agroindústria, tratamos, na segunda seção, de abordar as características e a evolução dos investimentos diretos externos no Brasil. A impressionante expansão do fluxo de investimentos estrangeiros no País no decorrer da década de 90 foi um fator determinante para a reestruturação de setores produtivos, possivelmente gerando impactos importantes para o setor agroindustrial gaúcho.

Na terceira seção, através de uma breve resenha de literatura, apresentamos uma visão panorâmica da economia gaúcha nos anos 90, situando a evolução da participação da agroindústria no contexto industrial gaúcho, referindo também os principais aspectos das mudanças produtivas e patrimoniais que a literatura aponta para a agroindústria no Rio Grande do Sul.

Por fim, na quarta seção, será apresentada a análise dos dados referidos, procurando-se observar em que medida as transformações produtivas referidas pela literatura, bem como as condições macroeconômicas nacionais se expressaram em termos de mudanças nas características do desenvolvimento da agroindústria gaúcha e brasileira, considerado quanto aos aspectos da ocupação, geração de produto, produtividade e rentabilidade. As principais conclusões obtidas com a análise são sumariadas na quinta e última seção.

* Os autores agradecem a colaboração dos bolsistas de iniciação científica Alexandre Reis (CNPq) e Gabriel Langie Pereira (FAPERGS) que realizaram a tabulação dos dados referentes às agroindústrias e o cálculos dos respectivos indicadores.

¹ Cabe indicar as limitações da fonte disponível, na medida que a necessidade de dispor de dados para os estados nos levou a tomar como referência o Censo Industrial de 1980. O censo de 1985 e a Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 1986-95 não apresenta dados por gêneros industriais para os estados da federação (exceto através da requisição de tabulações especiais, que não pudemos obter junto ao IBGE). Os dados a partir de 1996 foram obtidos da nova PIA e constituem uma bases comparável com a do censo de 1980 quanto à sua abrangência. Não obstante, o uso de duas fontes distintas obrigou a uma maior agregação dos grupos de agroindústrias para que houvesse comparabilidade.

1. A economia brasileira nos anos 80 e 90: condicionantes para o desenvolvimento da agroindústria

Como se sabe, os anos 80 e 90 foram de baixo crescimento econômico para o Brasil e para maioria dos países latino-americanos. A primeira década, considerada perdida para o desenvolvimento desses países, foi marcada pelas políticas econômicas de ajuste do balanço de pagamentos, em vista da crise da dívida externa, determinada pela brusca elevação dos juros internacionais e pela interrupção do fluxo de financiamento externo (Baer, 1993). No Brasil, o propósito de obtenção de mega-superávits comerciais pautou o conjunto das políticas econômicas, monetária, fiscal e cambial. O crescimento econômico e a absorção interna foram restringidos, através da prática de elevados juros, de um ajuste fiscal permanente (redução de gastos e investimentos públicos) e desvalorizações cambiais, com vistas a obtenção de saldos exportáveis do produto (Tavares, 1993).

Em consequência, não apenas o crescimento econômico foi insignificante, inferior mesmo ao crescimento demográfico, como também a pressão das transferências líquidas de recursos ao exterior tomou a forma de um processo inflacionário crônico e acelerado, tendendo à hiperinflação. Sobre o setor público recaiu em maior medida o ônus do ajuste às novas condições do mercado financeiro internacional, pois a dívida externa foi progressivamente estatizada, enquanto expandia-se a dívida interna formada inicialmente com propósitos de contenção da liquidez, mas que se tornava fundamental para o financiamento público, visto que o Estado tornara-se o principal e maior devedor na economia nacional. Nessas condições e diante das ações do setor privado que o colocaram na condição de credor líquido do sistema financeiro nacional, a gestão da política econômica foi incapaz de realizar simultaneamente os objetivos pretendidos de equilibrar o balanço de pagamentos, ajustar as contas públicas e conter a inflação.

A partir de 1990, têm início uma nova fase, marcada pela reestruturação da dívida externa e pelo retorno dos fluxos voluntários de financiamento externo, agora não mais na forma predominante de empréstimos, mas sim de investimentos diretos e em carteira. Tais condições, combinadas a uma maior efetividade do ajuste fiscal, permitiram a estabilização do valor da moeda nacional e a retomada do crescimento. O crescimento porém, foi modesto e marcado por grande instabilidade, visto que a economia brasileira tornava-se progressivamente dependente do fluxo de capitais externos para compensar seus déficits em transações correntes. Tais déficits decorreram principalmente da política de abertura comercial acelerada, praticada desde 1990, bem como da sobrevalorização da moeda nacional, ocorrida a partir do Plano Real (1994), que se constituiu, ao lado dos juros elevados, como um dos pilares da estabilidade monetária. Concorreram, portanto, para os sucessivos déficits em transações correntes, os saldos comerciais negativos, mas também as remessas de juros e lucros para o exterior que alcançaram magnitudes inéditas para a economia nacional (Gonçalves, 1999).

Essas considerações sumárias são suficientes para dar conta do contexto macroeconômico que envolve o desempenho da agroindústria, tal como será considerado adiante através da análise dos dados já referidos. As Tabelas A e B, a seguir, evidenciam o comportamento do produto da indústria de transformação e do comércio exterior brasileiro. A indústria teve um crescimento insignificante nos anos 80 e que se manteve em nível baixo até 1996, ocorrendo a partir de então uma recuperação, mas apenas para indústria do Rio Grande do Sul, que acumulou, desde 1980 um crescimento bem mais expressivo que a congênere nacional. Os dados referentes às taxas de variação das exportações e importações ilustram as dificuldades por que passou a indústria nacional, colocada subitamente em condições desvantajosas de concorrência, pela supressão abrupta de tarifas, pela valorização da moeda nacional e também pelas elevadas taxas de juros internas

que, sobretudo a partir de 1995, passaram a restringir o consumo e dificultar ou inviabilizar o financiamento das empresas devedoras.

TABELA A
VARIAÇÃO ACUMULADA DO PRODUTO
DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL, RIO GRANDE DO SUL
1980, 1989, 1996, 2000 (%)

Períodos	Brasil	Rio Grande do Sul
1980-1989	8,2	9,4
1980-1996	13,4	14,2
1996-2000	2,9	18,9
1980-2000	16,7	35,8

Fonte: IBGE, FEE, Accurso (1993).

TABELA B
TAXAS MÉDIAS ANUAIS DAS
EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
BRASIL — 1980, 1989, 1998, 2000 (%)

Períodos	Exportações	Importações
1980-1989	6,13	-2,51
1989-1998	4,51	13,64
1998-2000	0,83	-0,38

Fonte: IPEA.

2. O investimento direto externo nos anos 90: características e implicações para o setor produtivo

Os anos 1990 marcaram a volta da absorção de capitais externos para a América Latina em comparação com o quadro que prevaleceu durante a chamada década perdida de 1980. A moratória mexicana de 1982 deu início a uma longa crise de endividamento para os países da região que se estendeu até 1990, quando os fluxos financeiros internacionais voltaram a se apresentar como opção para o financiamento dos países latino-americanos.

Nesse contexto, a ampliação do investimento direto externo (IDE) pode ser entendida como uma estratégia de internacionalização da produção das grandes empresas transnacionais. Essa internacionalização consistiu em um processo de deslocamento para além das fronteiras nacionais, de modo que se incrementaram acentuadamente os fluxos de bens, serviços e capitais entre os países, através do comércio internacional, do IDE e do investimento em portfólio.

No que se refere ao IDE, os seus impactos sobre a economia nacional são objeto de discussão entre os economistas. De um lado, existe a corrente que atribui ao IDE um papel decisivo para o desenvolvimento econômico. Essa linha de pensamento aponta que países subdesenvolvidos como o Brasil apresentam três incapacidades: primeiro, na geração de poupança interna para financiar o crescimento sustentado; segundo, na geração de divisas através das exportações para atender as necessidades do balanço de pagamentos e, em terceiro lugar, na criação e no desenvolvimento de tecnologias nacionais para os processos produtivos (Pachelli, 2002). Ou seja, a ampliação do ingresso de IDE pode elevar a produtividade dos fatores e acelerar a transferência de tecnologia, aprimorando os métodos de gerenciamento nas indústrias e na economia em geral, elevando a competitividade e dando origem à uma reestruturação produtiva.

De outro lado, encontram-se os defensores da idéia de que os investimentos externos diretos podem criar entraves ao crescimento econômico futuro, tornando a economia dependente de recursos externos. Principalmente no período pós-Real verificou-se um crescente desajuste do balanço de pagamentos em conta corrente. Os déficits em conta corrente implicam no aumento do passivo externo líquido e o seu financiamento

requer o ingresso líquido de empréstimos e investimentos ou diminuição das reservas internacionais, ou seja, o país fica a mercê das oscilações do mercado financeiro internacional.

Em decorrência do ingresso de capitais do exterior, tende a ocorrer o aumento dos compromissos externos sob a forma de juros, lucros e dividendos repatriados para as matrizes e credores externos. Esse crescimento dos compromissos irá pressionar o saldo de transações correntes no futuro, tendendo a provocar um déficit, evidenciando que a política de atração dos investimento externos seria uma forma de endividamento cumulativo (Gonçalves, 1999).

Outra crítica ao IDE refere-se à destinação dos capitais que ingressam no país. Grande parte dos recursos não se direcionaria à investimentos novos, e sim para a modernização de firmas já instaladas e para a compra de empresas nacionais existentes, através das operações de privatizações e das aquisições e fusões. Esse quadro estaria refletindo-se na desestruturação da indústria de propriedade nacional, ou seja, aprofundando o processo de desnacionalização do capital produtivo (Gonçalves, 1999).

Paralelamente ao debate, multiplicou-se o ingresso de capitais externos na economia brasileira no decurso dos anos 90, principalmente a partir de 1994. Enquanto que na média dos anos 1990-94 o IDE no Brasil alcançou US\$ 1,7 bilhão, no ano 2000, culminando uma trajetória ascendente, esse fluxo ficou em US\$ 32,8 bilhões (CEPAL, 2002: 189). Tendo em vista que o tamanho do mercado sempre foi um fator determinante para a atração de investimento direto externo, cabe considerar que a formação do MERCOSUL impactou positivamente os fluxos de IDE para o Brasil, ampliando a presença das empresas transacionais na esfera produtiva nacional (Laplane, Sarti, 1997; Gonçalves, 1999).

Como já indicamos, nos anos 90, o IDE assumiu no Brasil um papel determinante para o financiamento do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos, em função da piora do saldo da balança comercial a partir de 1994, com a política de sobrevalorização cambial do Plano Real. Paralelamente ao déficit da balança comercial, a expansão do déficit na balança de serviços ocasionou a elevação do déficit em transações correntes, que atingiu US\$ 24,3 bilhões em 1996. Esse resultado passou a ser financiado pela entrada de recursos externos.

No transcurso da década, os fluxos de IDE estiveram associados aos processos de racionalização e modernização da estrutura produtiva brasileira. Desde o início da abertura comercial, houve a necessidade da produção nacional obter ganhos de produtividade para conquistar melhores condições de competitividade dos produtos brasileiros no mercado interno e no exterior. A partir de 1994, o mercado interno ampliou-se, impulsionado pelo aumento do consumo das famílias, em função da queda dos índices de inflação a níveis não observados na história recente do país. A ampliação do IDE desde 1994 foi um dos efeitos desse alargamento do mercado.

De um modo geral, a intensa elevação do consumo, provocou uma onda de decisões de investimentos para ampliação da capacidade instalada. Isso ocorreu em vários setores da indústria, inclusive em parte dos setores de bens não-duráveis e produtores de *commodities*, onde se encontram os grupos de agroindústrias (Coutinho, 1998).² Não

² Para avaliar a importância dos setores que serão analisados, no conjunto dos investimentos industriais, tomamos como referência dados levantados por pesquisas da CNI/CEPAL e do Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia do Brasil junto às empresas industriais quanto aos investimentos pretendidos, decididos ou em realização no período 1995-2000. Conforme esses dados, os setores industriais vinculados ao agronegócio eram responsáveis por 7,7% (CNI/CEPAL) ou 17% (MICT) dos investimentos pretendidos ou já decididos e por 26,4% dos investimentos decididos ou em execução (MICT). Para o setor de Celulose e Papel, a participação atingia 7,0% na primeira pesquisa e 11,5% na segunda, quanto às intenções ou decisões de investimentos na indústria, alcançando 9,4% de participação nos investimentos decididos ou em execução.

obstante, decisões de investimento nas indústrias produtoras de *commodities*, como no caso de Celulose e Papel, foram retardadas ou subdimensionadas em função da compressão de margens de lucro resultante da sobrevalorização cambial e do fraco desempenho dos preços internacionais (Coutinho, 1998: 241-2).

De acordo com estudo de Laplane e Sarti (1997), em termos agregados os investimentos diretos externos no Brasil durante o período 1994-1998 foram direcionados predominantemente para a construção de novas instalações (57,7%), seguidos pelo investimento em modernização e ampliação de plantas estabelecidas (23,3%) e pelas mudanças patrimoniais (18,9%), representadas pela operações de fusões e aquisições (F&A).

Na produção agroindustrial, objeto de análise deste artigo, os setores de alimentos e bebidas mereceram destaque, pois representaram 6,4% (US\$ 955 milhões) do total dos fluxos de IDE para o País entre 1994-1998 (US\$ 14,7 bilhões). Daquela parcela do total do IDE, referente aos setores de alimentos e bebidas, 81% direcionou-se para plantas já em operação no país e 19% foi empregado em novas instalações ou em ampliação e modernização das já existentes. Ou seja, nesses setores da agroindústria predominaram fortemente as aquisições e associações de empresas.

A reestruturação do setor agroindustrial gaúcho está associada diretamente a esse processo de mundialização do capital, pois no Rio Grande do Sul foram muito expressivas as vendas de empresas nacionais vinculadas ao agronegócio (Benetti, 1999). Em vista da consolidação da abertura comercial, do estabelecimento do MERCOSUL e da estabilização monetária, as empresas líderes transnacionais passaram a intensificar sua atuação no Rio Grande do Sul. Com a concomitância desses processos incidindo sobre o mercado doméstico, acelerou-se a difusão dos padrões de produção das agroindústrias consolidadas nas economias desenvolvidas.

3. A economia do Rio Grande do Sul nos anos 90: desempenho agregado e mudanças na agroindústria

Durante os anos 90, as diversas transformações em nível nacional afetaram praticamente todos os aspectos da economia sul-rio-grandense. A ampliação das relações comerciais, financeiras e produtivas com o exterior, a condução das políticas macroeconômicas e uma exposição maior dos setores produtivos nacionais à concorrência estrangeira trouxeram efeitos diretos sobre a economia estadual.

Abrigando uma população de 10 milhões de pessoas, o Rio Grande do Sul encerrou a década de 90 como a quarta economia estadual do país, com um PIB de US\$ 82,4 bilhões em 1999. Tradicionalmente os setores que sempre impulsionaram o crescimento da economia gaúcha foram a agropecuária e a indústria de transformação. Esses setores iniciaram a década com o desafio de enfrentar obstáculos novos, decorrentes da reestruturação da economia brasileira (Accurso, 2002).

A agropecuária gaúcha passou a conviver com o alargamento da fronteira agrícola nacional em direção ao Centro-Oeste, impulsionado pela oferta de terras mais baratas e com vantagens de localização mais próxima do maior centro comercial do país (região sudeste). Paralelamente, a indústria de transformação passou a ter o seu crescimento pautado por dois eixos: a alteração de seu perfil estrutural, no sentido de completar a

Os percentuais respectivos para o setor Têxtil alcançavam 5,2%, 4,2% e 11,2%. Considerando os três grupos agroindustriais em conjunto, a participação nos investimentos industriais decididos ou em execução alcançava 47% do total para a indústria de transformação. Dados citados por Coutinho (1998), cuja análise fundamenta nossa consideração dos impactos da elevação do consumo sobre as decisões de investimento industrial.

matriz produtiva através da introdução dos setores produtores de bens de consumo duráveis; e o revigoramento dos setores tradicionais da indústria gaúcha (Accurso, 2002).

Tanto o País quanto o Estado apresentaram na década um desempenho superior ao verificado nos anos 80. Utilizando o PIB como indicador de crescimento e considerando o período 1990-2000, constata-se que o crescimento da economia estadual deu-se a taxas ligeiramente superiores às nacionais. Enquanto o PIB brasileiro obteve um crescimento médio de anual de 2,6% e o PIB *per capita* acumulou um crescimento de 12,7%, no Rio Grande do Sul as taxas foram de 2,9% e 18,3%, respectivamente.

Porém, a economia gaúcha apresentou ritmos médios de crescimento bem distintos, quando se divide a década em dois períodos. Entre 1991 e 1994 (fase pré-Plano Real) o PIB estadual cresceu a taxa média de 5,4% ao ano, enquanto entre 1995 e 1999 (fase pós-Plano Real) o desempenho caiu substancialmente, atingindo uma taxa média de 0,7% ao ano (Accurso, 2000). Para o Brasil, a diferença entre os dois períodos não foi significativa, e as taxas de crescimento atingiram 2,8% e 2,2%, respectivamente. Neste sentido, chama atenção o fato de que, a partir de 1994 a política de câmbio valorizado utilizada pelo Plano Real pôs fim ao crescimento da economia gaúcha observado entre 1991 e 1994.

Na década (1990-97), o crescimento médio da economia do Rio Grande do Sul (3,2%) só foi superado, dentre os estados mais relevantes, por Santa Catarina (4,3%), Paraná (3,5%), Espírito Santo (3,8%) e Ceará (3,7%). No que se refere ao Valor Adicionado Bruto (VAB) nacional, o Rio Grande do Sul aumentou sua participação, passando de 7,74% em 1990 para 7,97% em 1997 e mantendo-se na quarta posição, atrás de São Paulo (35,34%), Rio de Janeiro (11,02%) e Minas Gerais (8,88%) (Accurso, 2000).

Para uma visão mais abrangente da economia estadual nos anos 90, é necessário fazer-se uma avaliação setorial do desempenho econômico. Observando-se inicialmente o setor da agropecuária, nota-se que houve melhorias no Estado, embora o desempenho esteja muito aquém daquele observado nos demais estados da federação.

Ao proceder-se uma comparação entre os comportamentos das principais culturas do Estado nos períodos de 1985-1990 e 1990-1998, é possível afirmar que o desempenho da lavoura foi melhor no segundo período devido aos ganhos de produtividade física na grande maioria das culturas, denotando progresso na agropecuária gaúcha nos anos 90. Por outro lado, na comparação com outros estados da federação quanto à evolução do VAB da agropecuária, o desempenho do Rio Grande do Sul está entre os mais fracos. Não obstante o modesto desempenho, em 1997 a produção agropecuária gaúcha mantinha-se na segunda posição nacional, respondendo por 12,76% do VAB da agropecuária nacional, atrás somente de São Paulo que respondeu 21,18% do total em 1997.

Quanto à indústria de transformação do Rio Grande do Sul, já observamos que ocorreu um crescimento superior à média do País no decorrer dos anos 90. No período 1990-2000, enquanto o crescimento médio no Estado foi de 3,25% ao ano, no país esse índice foi de 1,35% ao ano (dados de IBGE e FEE). Esse desempenho levou o Rio Grande do Sul a alcançar a segunda posição entre os estados no VAB da indústria de transformação brasileira, respondendo por 11% desse em 1997, precedido pelo Estado de São Paulo, que então detinha 44%. O período 1990-1994 foi responsável por esse crescimento, quando o produto da indústria de transformação cresceu a taxa média de 9,3 a.a., pois no período 1994-1997 o desempenho foi negativo, da ordem de -1,9% a.a. Na fase de crescimento acentuado, destacaram-se os gêneros mecânica, mobiliário e produtos alimentares.

Entre os anos de 1985 e 1998, a estrutura do VAB da indústria de transformação gaúcha foi fortemente alterada. Em 1985, 57,1% do total do VAB estava concentrado em quatro gêneros industriais: mecânica, química, vestuário e calçados, e produtos alimentares. Em 1998, os gêneros mecânica e produtos alimentares assumiram uma

proporção extremamente significativa dentro da indústria de transformação, sendo responsáveis por 46,3% do total do VAB.

No decurso da década de 90, a aceleração da abertura comercial brasileira obrigou os produtores gaúchos a incorporarem rapidamente os padrões de produção vigentes nas economias mais avançadas. A capacidade de criar, introduzir e difundir inovações passou a exercer papel fundamental para a sobrevivência das empresas. Com a abertura econômica, a indústria e a agropecuária direcionaram uma parcela crescente da produção para as vendas no exterior. Para atingir esse objetivo, a indústria gaúcha buscou revigorar suas vantagens para os segmentos tradicionais e/ou atrair segmentos novos, com maior capacitação tecnológica, capazes de alavancar o crescimento da economia (Accurso, 2000).

O novo contexto macroeconômico do país nos anos 90 concedeu às exportações um papel fundamental para o equilíbrio do balanço de pagamentos e para o crescimento econômico. Nos períodos recessivos, provocados ou não por políticas que priorizam o ajuste do balanço de pagamentos, quando o setor de mercado interno é incapaz de engendrar o crescimento, as exportações surgem como o elemento capaz de aquecer a demanda efetiva. Por outro lado, as vendas no mercado externo aumentam a complexidade interna da economia, quando se faz possível incorporar o progresso técnico relativo aos processos produtivos dos países desenvolvidos.

Com a abertura econômica, a produção do Rio Grande do Sul fortaleceu sua base exportadora,³ o que favoreceu a obtenção de economias de escala, elevando a eficiência produtiva e reduzindo os custos de produção.

Entre 1990 e 2000 houve uma mudança na composição das exportações gaúchas. A parcela de produtos básicos no total das exportações declinou de 37,2% em 1990 para 26,7% em 2000. A produção de manufaturados ocupou esse espaço, aumentando sua participação nas exportações totais de 50,6% em 1990 para 61,3% em 2000 (Souza, 2002). Essa alteração na pauta de exportação indica que a modernização dos setores produtivos no decorrer da década (impulsionada pelo ingresso de investimentos externos e pelo aumento da importação de bens de capital) deu origem a um aumento da competitividade dos manufaturados gaúchos no mercado internacional.

De acordo com estudos da Fundação de Economia e Estatística (FEE), as exportações do Rio Grande do Sul no período 1991-2001 cresceram à taxa média anual de 1,8%, abaixo do ritmo de crescimento nacional que foi de 2,8% a.a. A desvalorização do Real em 1999 alterou significativamente o comportamento das exportações gaúchas. Enquanto no ano de 1999 elas somaram cerca de US\$ 5,2 bilhões (queda de 12,6% em relação a 98), em 2000, como efeito da desvalorização cambial de 1999, o valor exportado voltou a crescer (12,6%). Nesse período, as exportações de produtos semi-industrializados do Rio Grande do Sul lideraram o crescimento com uma média de expansão de 2,6% ao ano, seguidos dos produtos manufaturados com 1,7% e dos produtos básicos com 1,3%. Os principais produtos da pauta de exportação gaúcha nos anos 90 foram calçados de couro, fumo, carnes, soja e derivados, couros e peles preparadas, frangos, produtos químicos, carrocerias para veículos e motores.

As mudanças de importância relativa dos setores na indústria de transformação e na pauta de exportação destacam o conjunto de atividades que compõem o agronegócio, pois

³ A teoria da base econômica exportadora, que enfoca certos aspectos da inserção externa da produção nacional, sustenta que as exportações constituem uma base econômica a partir da qual as economias regionais crescem e se diversificam. O dinamismo do setor exportador exerce efeitos de multiplicação sobre o produto e o emprego dos setores vinculados ao mercado interno, via compra de insumos e distribuição de renda (Souza, 2002). De acordo com Souza (2002), os benefícios da ampliação da base exportadora para a economia são os seguintes: complementar o mercado interno, gerar economias de escala, melhorar a eficiência produtiva interna, melhorar o aproveitamento dos recursos disponíveis e intensificar as interdependências tecnológicas e econômicas.

sua performance foi muito positiva. Como a interdependência entre os agentes que atuam no agronegócio é muito forte, a expansão dos seus segmentos componentes transcorre de modo que o crescimento isolado de algum segmento provoca um encadeamento sistêmico. Segundo Parré et. al. (2000), a “agroindústria é a unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou manufaturado para sua utilização intermediária ou final” e, juntamente com o setor de distribuição da produção para o consumidor final (em que as grandes redes multinacionais de supermercados vêm assumindo cada vez mais uma posição de liderança), a agroindústria constitui o chamado agregado III ou jusante do agronegócio.

O crescimento do jusante do agronegócio nos anos 90 reflete a mudança ocorrida na estrutura de consumo da população brasileira, que passou a demandar maior nível de processamento e diversificação dos alimentos, concomitantemente ao crescimento da população urbana. Em 2002, estudo publicado pela FEE utilizando dados da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG) para o ano de 1998, apontou o agronegócio como responsável por cerca de 20% do PIB nacional, enquanto no Estado do Rio Grande do Sul esse percentual alcançava 29%, com aproximadamente 40% do produto sendo gerado pela agroindústria.⁴

De acordo com Benetti (1997), entre 1985 e 1995 os principais gêneros agroindustriais no Estado aumentaram sua participação no valor da indústria de transformação num ritmo superior ao observado nacionalmente, principalmente nos gêneros produtos alimentares (que representava 16,7% e passou a 21,7%), bebidas (de 2,7% a 3,5%) e fumo (de 4,% a 4,2%). A ampliação da representatividade desses grupos de agroindústrias na indústria de transformação gaúcha pode ser atribuída ao aumento de produtividade no período pós 1990. Os ajustes processados pelos produtores, envolvendo a racionalização dos recursos via aumento do uso das plantas industriais e elevação contínua da produtividade dos fatores contribuíram decisivamente para esse resultado.

Em função da abertura comercial, da consolidação do MERCOSUL e da estabilização da economia houve um aumento do mercado agroalimentar brasileiro. Essa nova realidade da economia favoreceu o movimento de internacionalização da produção, atraindo principalmente as grandes indústrias transnacionais de origem européia e norte-americana e, com elas, vieram também os padrões de produção e de concorrência que mantêm em seus mercados de origem. Nos países centrais, desde o final dos anos 80 o crescimento empresarial baseado na segmentação dos mercados dava sinais de exaustão. Em função disso, os grandes grupos agroindustriais estrangeiros direcionaram suas estratégias de crescimento na busca de novos e dinâmicos mercados, capazes de recompor as taxas médias de rentabilidade auferidas nos países centrais.

Nesse momento, o mercado brasileiro constituiu-se como uma grande opção para atender as estratégias de expansão das transnacionais estrangeiras. A interação dos processos da abertura comercial e financeira, da estabilização macroeconômica e da desregulamentação dos mercados forneceu as bases para a entrada maciça de empresas internacionais no País (Benetti, 2000). Como indicado na seção anterior, a estratégia de expansão das atividades dos grupos estrangeiros para além das fronteiras do país-sede refletiu-se na expressiva ampliação do investimento externo direto entre 1991 e 2000. No Brasil, e também no Rio Grande do Sul, a participação dos investidores estrangeiros no

⁴ Segundo o referido estudo da FEE, no qual nos baseamos para identificar os grupos de agroindústrias a serem considerados na análise, esses grupos são os seguintes: Madeira e mobiliário (exclusive mobiliário de metal), Celulose, papel e outros produtos de papel, Calçados, couros e peles (exclusive produtos derivados do plástico), Beneficiamento de produtos vegetais, Indústria do fumo, Abate de animais, Indústria de laticínios, Fabricação de óleos vegetais, Têxtil (exclusive produtos sintéticos), Vestuário e Demais indústrias alimentares

setor agroindustrial deu-se através do movimento de fusões e aquisições de empresas (F&A),⁵ evidenciando uma tendência crescente em direção à concentração e à centralização do capital produtivo (Miranda, Martins, 2000).

Atuaram como fatores de atração das agroindústrias multinacionais para o Estado, a expansão da demanda agregada interna no período e o potencial de crescimento do mercado no médio e longo prazo em relação à tendência de estagnação das vendas nos países-sede. Em outras palavras, no mercado brasileiro a elasticidade-renda da demanda por produtos agroindustriais (principalmente alimentos) é comparativamente superior a observada nos países desenvolvidos, onde a renda é mais elevada e melhor distribuída (Rodrigues, 1999).⁶ Os efeitos redistributivos do Plano Real (concentrados entre 1994 e 1996) e o crescimento da renda *per capita* (maior no Estado, como visto acima) favoreceram o consumo da população de baixa renda, que adquire produtos agroindustriais básicos, e da classe média, que consome produtos mais elaborados e que representa a base de mercado para as estratégias de segmentação.

Apesar dos grupos agroindustriais já atuarem no mercado interno desde os anos 50,⁷ a entrada maciça de empresas internacionais no mercado agroindustrial ocorreu a partir de 1990, aumentando a competição e rompendo o equilíbrio do mercado interno. Essas filiais já estabelecidas se reestruturaram via aumento dos investimentos, obrigando as grandes empresas agroindustriais nacionais a incorporarem os padrões de eficiência e de segmentação de mercados característicos das transnacionais para não sucumbirem no mercado. Por outro lado, as pequenas e médias empresas da agroindústria gaúcha foram sensivelmente prejudicadas pela entrada dos grupos estrangeiros, seja pela competição no mercado interno, seja pela ampliação da importação de produtos após a abertura comercial e a sobrevalorização cambial de 1994.

Com desenvolvimento de um novo paradigma de produção e de competitividade do setor agroindustrial no Brasil, baseado na capacidade que as empresas possuem de segmentar mercados, houve uma descontinuidade na trajetória que a agroindústria gaúcha vinha apresentando até o início dos anos 90 (Benetti, 2000: 63-4). Segundo a autora, concomitante à mudança no paradigma de produção, ocorreu uma concentração de capital no setor, viabilizando o aumento das escalas de produção exigidas para que as empresas atuem competitivamente nos mercados interno e externo.

Paralelamente ao fenômeno da concentração de capital foi observada a elevação das barreiras à entrada de novos concorrentes. Segundo Benetti (2000), essa reestruturação teve efeitos importantes tanto para a produção do setor agroindustrial quanto para a produção primária. O progresso técnico imposto pela nova dinâmica agroindustrial deu origem a um crescimento excludente do ponto de vista econômico-social, pois os capitais de pequeno porte encontram-se debilitados na concorrência com as maiores escalas de produção introduzidas pelo ingresso do investimento direto estrangeiro. Ao mesmo tempo, somente os produtores primários com recursos disponíveis para constante atualização conseguiram acompanhar as transformações exigidas pelo setor da agroindústria.

A indústria agroalimentar liderou a introdução de inovações tecnológicas no setor da agroindústria. Através do lançamento de novos produtos e da implantação de processos produtivos inovadores, que atuaram diretamente na redução dos custos e propiciaram

⁵ Fusão corresponde a junção de duas ou mais empresas em uma única; aquisição é a compra de participação acionária de uma empresa que já existe, sem que isso implique necessariamente seu controle por meio da propriedade total das ações nem desaparecimento de sua personalidade jurídica (Miranda; Martins, 2000, pg. 69-70).

⁶ O nível da renda *per capita* e o padrão distributivo definem a elasticidade-renda da demanda.

⁷ De acordo com Benetti (2000), desde a metade do século XX, importantes grupos estrangeiros atuam no mercado brasileiro de alimentos, bebidas e fumo, como por exemplo a *Nestlé* (Suíça), a *Cargill* (Argentina) e a *British American Tobacco* e *Philip Morris* (Inglaterra).

ganhos de produtividade, pôde-se verificar uma “revolução agroindustrial” (Benetti, 2000), que teria elevado consideravelmente a competitividade dos produtos agroindustriais gaúchos no Brasil e no exterior.

A incapacidade das pequenas e médias empresas agroindustriais gaúchas de atingirem as escalas de produção verificadas nas firmas transnacionais impulsionaram as operações de fusão e aquisição. Como já mencionado, o processo de F&A de empresas no âmbito agroindustrial foi intenso na década de 90, gerando concentração e centralização do capital e, em última análise, expulsando o pequeno produtor do mercado.

Nacionalmente, os setores de alimentos, bebidas e fumo (juntos) lideraram as operações de F&A. Entre 1992 e 1998, esses setores somaram 208 operações, contra 142 transações do segundo colocado, o setor de instituições financeiras (Benetti, 2000). O capital externo ampliou sua participação na produção agroindustrial brasileira durante os anos 90. Entre 1992 e 1996, a presença de firmas transnacionais no processo de F&A passou de 10% para 41%, respectivamente, evidenciando a crescente desnacionalização do capital agroindustrial (Rodrigues, 1999).

No Rio Grande do Sul, localizaram-se cerca de 20% das aquisições de empresas por grupos transnacionais no total do agronegócio nacional. Observando as exportações gaúchas entre 1990 e 1998, é possível constatar que entre as 40 maiores empresas exportadoras em 1990, 19 eram agroindústrias, e, em 1998 esse número se reduziu para 16.⁸

4. Análise das estatísticas da produção dos grupos de agroindústrias, 1980-2000

Esta análise consiste em uma primeira abordagem dos dados das agroindústrias do Rio Grande do Sul, tomando-se como referência de comparação a média nacional. Nosso interesse em focar a evolução do produto, da ocupação e da produtividade, requereu o uso de dados de valores dos fluxos produtivos. A limitação das fontes desse tipo de informação impôs que a análise recaísse sobre grandes grupos de agroindústrias (gêneros ou agregados de gêneros). Trata-se, portanto, de uma análise distinta daquelas que enfocam segmentos específicos da agroindústria.⁹

Considerando que os dados referem-se a 1980 e 1996-2000, a análise capta os efeitos da chamada década perdida, além das transformações ocorridas nos anos 90. Assim, os dados gerais de evolução real do produto da indústria de transformação, apresentados na primeira seção, servem de referência para considerar os indicadores elaborados para a agroindústria. A análise dos dados considerou uma separação entre dois subperíodos 1980-1996 e 1996-2000. No primeiro, devem transparecer, além dos efeitos da estagnação dos anos 80, os efeitos da abertura comercial drástica promovida a partir de 1990 e agravada pela sobrevalorização da moeda nacional a partir de 1994, além da ampliação do consumo agregado. No segundo subperíodo, devem transparecer possíveis efeitos da expansão do IDE, cujos fluxos cresceram efetivamente a partir de 1995 e que ampliaram, racionalizaram ou modernizaram a capacidade produtiva na indústria nacional. Também nesse subperíodo,

⁸ Apesar da queda de 20% nas exportações gaúchas entre 1990 e 1998, ocorreu um aumento no valor total comercializado das agroindústrias gaúchas, bem como aumentou a concentração das vendas em algumas empresas, a maioria com matrizes no exterior (Benetti, 2000).

⁹ Nas análise mais específicas, é possível averiguar com mais precisão as eventuais relações entre o IDE e a reestruturação produtiva e seus impactos nos fluxos de produção e nos níveis de produtividade e rentabilidade. Com os dados publicados pelo IBGE, essa análise fina pode ser feita apenas para o Brasil. Análises para os Estados requerem dados disponibilizados pelas entidades de classe. Em nossa análise, a dificuldade adicional de compatibilização dos dados de duas fontes (Censo Industrial de 1980 e PIA de 1996-2000) exigiu uma agregação ainda maior dos dados. Para os anos de 1996 a 2000 seria possível desdobrar a análise para mais gêneros e segmentos da agroindústria, mas restringindo a análise para esses anos apenas, perderíamos de vista o objetivo de focar os efeitos das transformações produtivas dos anos 90, provocadas pela abertura comercial e pelos fluxos de IDE.

os indicadores devem estar influenciados pela paulatina reestruturação industrial decorrente da maior exposição à concorrência externa, bem como os efeitos da desvalorização cambial ocorrida em 1999.

A Tabela 1 evidencia os seis grupos de gêneros da agroindústria analisados, indicando o número de estabelecimentos e o pessoal ocupado total para o ano de referência básica da análise, prévio as transformações que se quer investigar, e para as médias de 1996-2000. Os dados para o total da indústria de transformação foram incluídos na análise, para fins de comparação. O conjunto dos dados em análise refere-se aos estabelecimentos da Tabela 1, incluindo, além do pessoal ocupado, os fluxos de produção: Valor Bruto da Produção (VBP), que inclui os Custos (ou Despesas) com as Operações Industriais (exclusive Salários) (COI), o Valor da Transformação Industrial (VTI, correspondendo ao valor adicionado), que inclui por sua vez o valor dos Salários, Retiradas e Outras Remunerações (SAL). A diferença entre VTI e SAL é considerada como Excedente Bruto.

TABELA 1

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E PESSOAL OCUPADO TOTAL NOS GRUPOS DE AGROINDÚSTRIAS
E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO — BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 1996-2000

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	1980				1996-2000 (média)			
	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL		BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	Número de unidades locais	Pessoal ocupado em 31/12 (mil)	Número de unidades locais	Pessoal ocupado em 31/12 (mil)	Número de unidades locais	Pessoal ocupado em 31/12 (mil)	Número de unidades locais	Pessoal ocupado em 31/12 (mil)
Indústrias de transformação	118.145	4.692,8	9.474	433,3	128.937	4.982,8	12.281	494,7
Madeira e Mobiliário	16.644	395,1	1.546	39,8	15.035	377,9	1.838	38,3
Celulose, Papel e outros produtos de papel	1.518	106,9	82	8,0	2.348	138,5	157	9,0
Indústria do Fumo	145	18,0	28	3,8	291	18,9	44	5,3
Têxtil	5.014	374,7	255	14,9	4.803	274,2	286	8,1
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	11.268	486,9	1.384	104,0	20.819	657,8	2.228	153,7
Alimentação e Bebidas	25.591	617,9	1.845	75,9	23.092	959,6	2.047	79,3
Total Agroindústria	60.180	1.999,5	5.140	246,4	66.389	2.426,8	6.600	293,8

Fonte dos dados brutos: IBGE

A Tabela 1 reflete uma evolução de cerca de 18 anos. Nota-se que, em geral, a ocupação apresentou fraco desempenho, da ordem de 20% para o conjunto da agroindústria.¹⁰ A variação total na ocupação está calculada na Tabela 2, que evidencia um comportamento mais positivo para a agroindústria, dentro da indústria de transformação. Essa diferença foi maior para o Brasil, pois no Rio Grande do Sul a agroindústria é mais representativa no conjunto da indústria de transformação.¹¹

O comportamento da ocupação foi bem diferenciado por grupo de agroindústrias e na comparação entre o Estado e o País. Tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil ocorreram perdas de ocupação de pouca monta para Madeira e Mobiliário. As perdas na agroindústria Têxtil foram bem mais acentuadas no Rio Grande do Sul. Houve um expressivo aumento para Vestuário, Calçados, Couros e Peles, que chegou a 48% para o Rio Grande do Sul, onde também a ocupação na agroindústria do Fumo cresceu significativamente (42%), contrastando com a expansão muito pequena para o Brasil. Para

¹⁰ Considere-se que, no período 1980-98, a população no Brasil cresceu 40% e no Rio Grande do Sul 31% (IBGE, FEE).

¹¹ Segundo os dados analisados, os grupos de agroindústrias representavam para o Brasil 31% do VTI da indústria de transformação em 1980, ampliando seu peso para 32% na média dos anos 1996-2000. No Rio Grande do Sul essa participação caiu de 48% para 45% do VTI nos mesmos anos.

o grupo de agroindústrias de Alimentação e Bebidas, ocorreu no Brasil um crescimento expressivo da ocupação (55%), sendo muito pequeno o aumento para Rio Grande do Sul. Também ocorreu para o Brasil maior incremento da ocupação em Celulose, Papel e etc.

TABELA 2
VARIAÇÃO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO TOTAL NOS GRUPOS
DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 1996-2000 (%)

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	BRASIL	RIO GRANDE DO SUL
Indústrias de transformação	6,2	14,2
Madeira e Mobiliário	-4,4	-3,8
Celulose, Papel e outros produtos de papel	29,5	12,6
Indústria do Fumo	5,5	42,2
Têxtil	-26,8	-45,9
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	35,1	47,8
Alimentação e Bebidas	55,3	4,5
Total Agroindústria	21,4	19,2

Fonte dos dados brutos: IBGE.

O interesse em avaliar de imediato os dados referentes ao pessoal ocupado deve-se ao fato de que esse contingente representa a base para o indicador de produtividade, que considera o montante do valor adicionado por pessoa ocupada. Resta considerar o comportamento da ocupação diferenciando os dois subperíodos considerados na análise. Posteriormente, avaliamos as possíveis mudanças quanto ao tamanho dos estabelecimentos nos grupos de agroindústrias, o crescimento do produto da agroindústria (VTI), a evolução da produtividade e dos custos salariais, as mudanças na participação dos salários no produto, no grau de agregação de valor e na rentabilidade dos grupos de gêneros da agroindústria.

Na análise da ocupação por subperíodos, evidencia-se um comportamento da ocupação ligeiramente mais positivo para o Rio Grande do Sul no conjunto da agroindústria, para o período 1980-2000 (Tabela 3).¹² Considerando os subperíodos, observa-se um crescimento muito fraco e pouca diferença entre o Estado e o País no longo período 1980-1996, com taxa maior para Brasil. Após 1996, há mudança positiva no comportamento da ocupação para agroindústria no Rio Grande do Sul, que cresceu 3,6% a.a., diferentemente do observado para o Brasil, em que a taxa de crescimento torna-se ainda menor. Tais evidências sugerem que apenas para o Rio Grande do Sul se materializaram os possíveis efeitos seja da desvalorização da moeda, em termos de encarecimento dos produtos importados e aumento das exportações, seja de mudanças estruturais da agroindústria (provocadas pelo IDE e/ou forçada pela concorrência intensa do início da década), que a capacitaram a uma maior expansão.

Considerando a evolução para os grupos de agroindústrias, podemos avaliar as diferenças entre as taxas médias anuais de variação da ocupação nos subperíodos. Para Madeira e Mobiliário a ocupação evoluiu no mesmo sentido que para o conjunto da agroindústria no Rio Grande do Sul, com retorno do crescimento após o decréscimo para o subperíodo 1980-96. No Brasil, a maior parte dos grupos de agroindústria tem piora na

¹² Esse resultado parece contraditório com aquele apurado na Tabela 2, que considerou o ponto médio do período 1996-2000 (1998). Isso deve-se à circunstância de que nos anos de 1999 e 2000 o crescimento da ocupação foi de 23% no Rio Grande do Sul e de 11% no Brasil.

evolução da ocupação após 1996, sendo notável a queda da mesma na agroindústria do Fumo, de 10,2% a.a. até 2000. Essa agroindústria é a única a apresentar redução na taxa de variação da ocupação após 1996 no Rio Grande do Sul. No Brasil, apenas Vestuário, Calçados, Couros e Peles tem melhor evolução da ocupação após 1996, o que também ocorre para o Rio Grande do Sul. Nesse Estado, ao contrário da média nacional, todos os grupos de agroindústrias tem melhor comportamento da ocupação após 1996, exceto Fumo, que apresentara uma das maiores taxas no período anterior. Também cabe assinalar que a melhora para a agroindústria têxtil no Rio Grande do Sul representa apenas uma estagnação, depois de grandes perdas de pessoal ocupado no subperíodo anterior. Dentre os seis grupos de agroindústrias no Rio Grande do Sul os que apresentaram crescimento da ocupação acima da média do conjunto da agroindústria foram dois: Vestuário, Calçados, Couros e Peles e Celulose, Papel e etc., sendo notável o crescimento observado para o segundo, que alcança 8,2% a.a. após 1996.

TABELA 3

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO PESSOAL OCUPADO TOTAL
NOS GRUPOS DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 1996, 2000 (%)

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	1981 / 1996	1997 / 2000	1981 / 2000	1981 / 1996	1997 / 2000	1981 / 2000
Indústrias de transformação	0,30	1,01	0,44	0,65	3,44	1,20
Madeira e Mobiliário	-0,80	3,61	0,07	-0,47	3,46	0,30
Celulose, Papel e outros produtos de papel	1,99	-2,35	1,11	-0,24	8,20	1,39
Indústria do Fumo	1,14	-10,18	-1,23	2,13	0,19	1,74
Têxtil	-1,56	-1,51	-1,55	-3,67	-0,22	-2,99
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	1,84	3,06	2,08	2,57	4,14	2,88
Alimentação e Bebidas	2,91	-0,81	2,16	-0,05	2,49	0,45
Total Agroindústria	1,25	0,68	1,13	1,01	3,56	1,52

Fonte dos dados brutos: IBGE

Desse modo, os dados de ocupação revelam para o Rio Grande do Sul uma grande diferença após 1996, com melhoria em cinco dentre os seis grupos e taxas positivas para quatro. Como resultado dessa evolução, a participação do Rio Grande do Sul na ocupação total da agroindústria do Brasil passou de 12,3% em 1980 para 13,3% em 2000. Esse aumento da importância do Rio Grande do Sul na ocupação nacional ocorreu para quatro dos seis grupos de agroindústrias (as exceções foram os grupos Têxtil e de Alimentos e Bebidas), sendo mais expressivo na agroindústria do Fumo (passando de 19,3% para 37,9% nos mesmos anos).

Consideramos a seguir se houve alguma mudança significativa nos tamanhos médios dos estabelecimentos da agroindústria, pois um eventual aumento pode ser uma evidência em favor da hipótese de concentração/centralização do capital nessas atividades e de ampliação das escalas de produção. O tamanho médio dos estabelecimentos é representado aqui pelo número de pessoas ocupadas e pelo valor médio do VBP.¹³

¹³ Cabe ressaltar que esses indicadores de tamanho médio apresentam alguns problemas, pois a redução do pessoal ocupado pode refletir mudanças técnicas em grandes estabelecimentos. Por isso o interesse em observar em paralelo o valor médio do VBP por estabelecimento, embora esse indicador, por sua vez,

Nesse sentido, a Tabela 4 não indica qualquer mudança significativa de tamanho médio dos estabelecimentos ao longo de 20 anos para o conjunto da agroindústria e para quase todos os seus grupos, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil. Para o Rio Grande do Sul houve inclusive redução do tamanho médio em termos de pessoal ocupado. Considerando, porém, os grupos de agroindústrias nota-se algumas mudanças. No grupo Celulose, Papel e etc., houve redução do número de pessoas ocupadas por estabelecimento, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, mas o VBP médio por estabelecimento elevou-se, expressando a ocorrência de ganhos de produtividade. Na agroindústria do Fumo houve redução do número médio de pessoas ocupadas por estabelecimento, muito acentuada para o Brasil. Mas também nessa agroindústria o comportamento do VBP médio não correspondeu a essa evolução, caindo pouco para Brasil e elevando-se acentuadamente para o Rio Grande do Sul. Portanto, também nessa agroindústria há indícios de melhoria da produtividade e de possíveis aumentos de escala. Na indústria Têxtil, o tamanho médio cai para os dois indicadores, tanto para o Brasil como para o Rio Grande do Sul, sendo que o mesmo ocorre com Vestuário, Calçados, Couros e Peles. O grupo de agroindústrias de Alimentos e Bebidas é o único em que há indícios de concentração industrial, devido ao aumento de tamanho médio em qualquer dos dois indicadores, embora isso ocorra apenas para o Brasil.

TABELA 4

NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS OCUPADAS POR ESTABELECIMENTO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO
POR ESTABELECIMENTO NOS GRUPOS DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 2000

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	PO / ESTAB.				VBP / ESTAB. (1)			
	BRASIL		RIO G. DO SUL		BRASIL		RIO G. DO SUL	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Indústrias de transformação	39,7	37,7	45,7	40,3	3.900	3.997	3.492	3.723
Madeira e Mobiliário	23,7	24,2	25,7	20,0	943	871	1.084	1.053
Celulose, Papel e outros produtos de papel	70,5	54,9	97,8	63,3	8.226	8.507	6.829	7.687
Indústria do Fumo	123,8	65,2	134,4	113,0	17.012	16.123	26.386	47.532
Têxtil	74,7	55,6	58,5	35,2	5.955	3.511	3.022	2.607
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	43,2	32,4	75,2	67,4	1.764	1.019	2.884	2.744
Alimentação e Bebidas	24,1	39,8	41,1	40,1	2.624	3.954	4.258	4.357
Total Agroindústria	33,2	35,5	47,9	45,3	2.452	2.452	3.034	3.107

Fonte dos dados brutos: IBGE

Nota: (1) Valores em mil reais de 2000.

Consideramos agora o crescimento do produto da agroindústria, tomando como referência as taxas médias anuais de variação do VTI. Nos 20 anos em foco, o produto da indústria de transformação cresceu muito pouco, como visto na Tabela A da seção 1.¹⁴

Os dados da Tabela 5, assim como os dados já analisados para a ocupação, destacam também o desempenho da agroindústria do Rio Grande do Sul após 1996, pois desde então o VTI cresceu em média 4,2% a.a., enquanto caiu 0,7 a.a. para a média nacional. No subperíodo anterior, o crescimento do VTI foi baixo, sendo um pouco maior no Brasil para o agregado das agroindústrias e em cinco dos seis grupos (exceto em Vestuário, Calçados, Couros e Peles). A inversão a partir de 1996 foi acentuada, sendo que o desempenho do produto foi melhor no Rio Grande do Sul em todos os seis grupos de

apresente o problema de refletir expansões de valor associadas ao grau de utilização das plantas produtivas e não apenas o aumento de suas escalas.

¹⁴ As taxas apresentadas na Tabela 5 podem ser comparadas com as taxas anuais de variação do produto da indústria de transformação, que, no período 1980 a 1996 atingiram 0,79% para o Brasil e 0,84% para o Rio Grande do Sul. A partir de 1996 até 2000, as taxas médias anuais apresentam diferença bem acentuada, atingindo 0,71% para o Brasil e 4,41% para o Rio Grande do Sul (conforme dados do IBGE e da FEE).

agroindústrias, embora haja decréscimo para o grupo Alimentos e Bebidas, o único em que, na totalidade do período 1980-2000, o desempenho foi inferior no Rio Grande do Sul em comparação com o Brasil. Após 1996, a agroindústria gaúcha teve seu crescimento impulsionado principalmente pelos grupos de agroindústrias de Madeira e Mobiliário, de Celulose, Papel e etc., do Fumo e o Têxtil.

Pode-se concluir que, a partir de 1996, houve uma vigorosa recuperação do produto das agroindústrias do Rio Grande do Sul, compensando a estagnação ou retração do período anterior, bem como as perdas de posição nacional. Para o conjunto da agroindústria, a participação do Rio Grande do Sul no Brasil quanto ao VTI alcançava 11,3% em 1980, caindo para 10,6% em 1996 e elevando-se a 12,9% em 2000. O mesmo ocorreu em todos os grupos de agroindústria, com exceção de Alimentos e Bebidas. Na agroindústria do Fumo ocorreu a maior elevação, pois a participação do Rio Grande do Sul passou de 29,5% para 59,3% no mesmo período. Também para o grupo de agroindústrias do Vestuário, Calçados, Couros e Peles ocorreu uma elevação notável, de 20,9% para 33,1%.

TABELA 5

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE VARIAÇÃO REAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL NOS GRUPOS DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 1996, 2000

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	1981 / 1996	1997 / 2000	1981 / 2000	1981 / 1996	1997 / 2000	1981 / 2000
Indústrias de transformação	0,91	2,64	1,25	1,48	5,27	2,23
Madeira e Mobiliário	-2,30	3,00	-1,27	-1,30	4,50	-0,17
Celulose, Papel e outros produtos de papel	2,64	5,67	3,24	0,30	20,79	4,10
Indústria do Fumo	4,28	-5,06	2,34	0,88	29,13	5,98
Têxtil	-2,93	-0,98	-2,55	-5,80	15,73	-1,84
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	0,28	-1,62	-0,10	2,32	1,88	2,23
Alimentação e Bebidas	4,06	-2,36	2,75	1,59	-1,75	0,91
Total Agroindústria	1,53	-0,73	1,07	1,14	4,21	1,74

Fonte dos dados brutos: IBGE

Segundo as análises que tratamos de resenhar na seção anterior, deveríamos esperar que os dados indicassem nitidamente a ocorrência de ganhos de produtividade na agroindústria nacional e regional, ao longo dos anos 90. Embora nossa análise refira-se a dados muito agregados, eles podem indicar a efetividade dos processos de reestruturação nas diferentes agroindústrias no sentido de modificar os patamares de produtividade. Para essa consideração, adotamos aqui uma medida de produtividade econômica do trabalho dos ocupados, representada pela divisão do fluxo anual do VTI pelo número total de pessoas ocupadas. Esse indicador reflete tanto aspectos técnicos do processo produtivo (melhor captados por indicadores de produção física por pessoa ocupada), como também a composição dos grupos de agroindústrias e os movimentos da conjuntura econômica, que se refletem no grau de utilização da capacidade instalada.

Os resultados da evolução da produtividade econômica constam da Tabela 6, cujas indicações são contraditórias. Para o conjunto da agroindústria, apenas no Rio Grande do Sul percebe-se uma melhoria no crescimento da produtividade econômica do pessoal

ocupado após 1996, mas a taxa permanece pequena. Para o Brasil, esse indicador passa a declinar desde este ano. Nos dois casos, o desempenho da produtividade na agroindústria é inferior ao da média da indústria de transformação.

Cabe considerar que em alguns grupos de agroindústrias observa-se nitidamente melhoria na produtividade, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil. Esse é o caso de Celulose, Papel e etc., Fumo e Têxtil, nos dois últimos com aumentos notáveis para o Rio Grande do Sul. Para o grupo Madeira e Mobiliário, há apenas pequena melhoria na produtividade, nos dois âmbitos territoriais, sendo que para o Brasil prossegue o declínio em menor ritmo. Em dois grupos de agroindústrias, há uma piora no comportamento da produtividade após 1996: Vestuário, Calçados, Couros e Peles e Alimentos e Bebidas.¹⁵

Novamente, o desempenho da agroindústria do Rio Grande do Sul revela-se superior ao do agregado nacional, ocorrendo acréscimos de produtividade em quatro dos seis grupos de agroindústrias após 1996. Isso pode ser também constatado na Tabela 7, que apresenta os níveis de produtividade econômica do trabalho do Rio Grande do Sul relativamente ao Brasil (apresenta também os níveis relativos dos custos salariais médios anuais, como veremos adiante).

TABELA 6

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE VARIAÇÃO REAL DA PRODUTIVIDADE ECONÔMICA
NOS GRUPOS DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 1996, 2000

(%)

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	1981 / 1996	1997 / 2000	1981 / 2000	1981 / 1996	1997 / 2000	1981 / 2000
Indústrias de transformação	0,60	1,62	0,81	0,83	1,77	1,01
Madeira e Mobiliário	-1,52	-0,59	-1,33	-0,83	1,01	-0,47
Celulose, Papel e outros produtos de papel	0,63	8,22	2,11	0,55	11,63	2,67
Indústria do Fumo	3,10	5,70	3,62	-1,23	28,88	4,17
Têxtil	-1,39	0,54	-1,01	-2,22	15,99	1,18
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	-1,53	-4,54	-2,14	-0,25	-2,17	-0,64
Alimentação e Bebidas	1,12	-1,57	0,57	1,63	-4,13	0,45
Total Agroindústria	0,28	-1,40	-0,06	0,12	0,62	0,22

Fonte dos dados brutos: IBGE

Nota-se na Tabela 7 que houve significativa melhoria no nível de produtividade na agroindústria do Rio Grande do Sul relativamente à do Brasil. Isso somente não ocorreu no grupo de Alimentos e Bebidas. As melhorias na produtividade no Rio Grande do Sul

¹⁵ Com a finalidade de aferir a adequação de nosso indicador de produtividade econômica para expressar maior geração de produto físico por unidade de trabalho, apuramos as taxas de variação anuais da produção física de 1996 a 2000 para o Brasil, a partir dos dados brutos do IBGE para diversos grupos de agroindústrias. Essas taxas podem ser confrontadas com as taxas de variação do número de pessoas ocupadas (Tabela 3), resultando numa indicação sobre a evolução da produtividade. Esse procedimento resultou em resultados bastante coincidentes com o nosso indicador de produtividade econômica; houve ganhos de produtividade para os grupos de Celulose e Papel, do Fumo, Têxtil e de Alimentos e Bebidas, sendo que apenas para este último divergem os indicadores de produtividade, embora neste trabalho identifiquemos ganhos de produtividade no grupo Têxtil apenas para o Rio Grande do Sul. A produção física cresceu às seguintes taxas médias anuais: Madeira 1,57; Mobiliário -0,82; Papel e papelão 2,70; Couros e peles -5,33; Têxtil -1,11; Vestuários, calçados e artefatos de tecidos -1,52; Produtos alimentares 0,75; Bebidas 0,30; Fumo -6,23.

reduziram a diferença em favor do Brasil no grupo de Celulose, Papel e etc. e tornou a produtividade superior no Rio Grande do Sul em quatro dos seis grupos de agroindústrias, com vantagens expressivas em todos eles. Não obstante, para o agregado total das agroindústrias, a produtividade segue sendo inferior no Rio Grande do Sul, ainda que essa desvantagem tenha caído para 3,1%, quando fora de 8,4% em 1980.

TABELA 7

ÍNDICES RELATIVOS DA PRODUTIVIDADE ECONÔMICA E DOS CUSTOS SALARIAIS
MÉDIOS ANUAIS DO RIO GRANDE DO SUL EM RELAÇÃO AO BRASIL
NOS GRUPOS DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

(BRASIL = 100)

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	PRODUTIVIDADE ECONÔMICA DO TRABALHO TOTAL		CUSTO SALARIAL MÉDIO ANUAL	
	1980	2000	1980	2000
Indústrias de transformação	78,3	81,6	79,2	78,2
Madeira e Mobiliário	107,6	128,1	109,4	112,5
Celulose, Papel e outros produtos de papel	71,9	80,3	82,1	77,5
Indústria do Fumo	140,7	156,5	130,2	94,4
Têxtil	81,9	126,7	90,0	100,1
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	97,7	132,7	107,6	112,9
Alimentação e Bebidas	98,5	96,1	97,7	94,8
Total Agroindústria	91,6	96,9	96,8	92,4

Fonte dos dados brutos: IBGE

Nossa análise deve chegar a uma avaliação das possíveis mudanças da rentabilidade da produção dos grupos de agroindústrias. Para tanto, convém considerar a evolução dos custos salariais, o seu peso no valor adicionado (parcela salarial), bem como o grau de agregação de valor no processo de produção. Analisamos em primeiro lugar a evolução dos custos salariais.¹⁶ Esse indicador, ao refletir o salário médio, está sujeito a variações provocadas por reduções e aumentos da ocupação, quando elas transcorrem diferenciadamente conforme os níveis de remuneração. Assim, por exemplo, a demissão de trabalhadores com baixos salários aumenta o custo salarial médio, sem que isso represente necessariamente melhoria salarial para os que permanecem ocupados. A Tabela 8 apresenta os resultados encontrados, que são inequívocos ao evidenciar uma acentuada redução dos custos salariais médios anuais após 1996.

Tanto para o Rio Grande do Sul, como para o Brasil, os resultados coincidem para o agregado das agroindústrias, bem como em praticamente todos os aspectos para os seis grupos de agroindústrias, no sentido da ocorrência de acentuada redução dos custos salariais médios após 1996, revertendo-se a tendência de grandes aumentos no subperíodo

¹⁶ Esse indicador relaciona o fluxo anual de salários, retiradas e outras remunerações com o número total de pessoas ocupadas em 31 de dezembro de cada ano. O ideal para o pessoal ocupado seria uma média anual, mas essa não está disponível para os anos cobertos pela nova PIA (1996-2000). O indicador apresenta também outro problema porque inclui as retiradas dos proprietários, constituindo uma medida imperfeita dos custos salariais efetivamente ligados à produção. Esse aspecto afeta também o indicador da parcela salarial, que fica superestimada, e o da rentabilidade, pois o excedente bruto fica subestimado.

1980-96. Essas elevações, durante uma fase de fraco crescimento do produto e da ocupação, devem ser atribuídas a mudanças na composição dos ocupados segundo as faixas salariais. Igualmente, as elevações no subperíodo seguinte, pelo menos em parte, podem ser atribuídas à expansão da ocupação ocorrida de modo a incorporar trabalhadores com menores remunerações. Note-se que os dados da Tabela 3 confirmam a correlação inversa entre variação do custo salarial médio e variação da ocupação. Somente na indústria do Fumo, para o Brasil, ocorreu aumento do custo salarial médio após 1996. Essa foi justamente a agroindústria em que ocorreu a redução mais acentuada da ocupação no mesmo subperíodo.

TABELA 8

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE VARIAÇÃO REAL DO CUSTO SALARIAL MÉDIO ANUAL
POR PESSOA OCUPADA NOS GRUPOS DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE
TRANSFORMAÇÃO — BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 1996, 2000 (%)

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	1981 / 1996	1997 / 2000	1981 / 2000	1981 / 1996	1997 / 2000	1981 / 2000
Indústrias de transformação	3,88	-4,98	2,05	3,75	-4,78	1,98
Madeira e Mobiliário	2,61	-3,70	1,32	2,71	-3,40	1,46
Celulose, Papel e outros produtos de papel	5,08	-4,34	3,12	4,10	-2,11	2,83
Indústria do Fumo	5,03	2,09	4,44	4,08	-2,28	2,78
Têxtil	3,21	-5,82	1,34	3,03	-2,60	1,88
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	2,76	-6,59	0,82	2,83	-5,72	1,06
Alimentação e Bebidas	5,20	-5,36	3,00	4,94	-5,12	2,85
Total Agroindústria	4,02	-5,89	1,96	3,47	-4,97	1,72

Fonte dos dados brutos: IBGE

Os níveis dos custos salariais médios para a agroindústria do Rio Grande do Sul em relação à do Brasil constam da Tabela 7, acima. Para a totalidade da agroindústria em 2000, esses custos eram 7,6% menores no Rio Grande do Sul, ampliando-se a diferença que havia em 1980. Não obstante, em dois dos seis grupos de agroindústrias os custos salariais médios anuais são maiores no Rio Grande do Sul.

Mais importante que o custo salarial médio anual para a determinação da rentabilidade é o peso da massa de salários no produto. Isso porque uma maior produtividade econômica do trabalho pode ser suficiente para compensar ou até mesmo tornar irrelevante a ocorrência de maiores custos salariais. A parcela salarial, entendida como proporção percentual do valor da massa de salários (SAL) em relação ao do produto (VTI), é um indicador que sintetiza o efeito da produtividade e dos custos salariais. A diferença entre a parcela e o total do valor do produto constitui a parcela de excedente bruto no produto. Esse excedente, quando comparado à soma dos custos salariais totais e dos demais custos com as operações industriais (COI) resulta na margem bruta de lucro. Antes de considerar esse indicador de rentabilidade, vejamos então como se comportou a parcela salarial, considerando três momentos no tempo: 1980, 1996 e 2000.

Tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil, a parcela salarial evoluiu de modo a ampliar-se até 1996 e reduzir-se desde então até 2000, alcançando afinal patamar superior ao de 1980. Isso verificou-se para todos os grupos de agroindústrias, com exceção do Fumo para o Rio Grande do Sul, em que a parcela salarial caiu acentuadamente, a despeito da elevação dos custos salariais médios em 2,8% a.a. após 1996 (Tabela 8). Com exceção

desse grupo agroindustrial, a tendência de redução da parcela salarial é compatível com a forte queda dos custos salariais médios anuais. Enquanto em 1980 a parcela salarial no conjunto da agroindústria era inferior no Brasil, bem como em quatro dos seis grupos de agroindústrias, em 1996 havia uma equivalência entre Brasil e Rio Grande do Sul, sendo a parcela maior no Brasil em três grupos de agroindústrias (Madeira e Mobiliário, Vestuário, Calçados, Couros e Peles, Alimentos e Bebidas), equivalente em outro (Celulose, Papel e etc.) e superior no Rio Grande do Sul nos dois restantes (Fumo e Têxtil). Em 2000, a parcela salarial no Rio Grande do Sul tornou-se inferior à do Brasil para a totalidade da agroindústria, bem como nos seis grupos, o que expressa os efeitos combinados das reduções salariais e dos ganhos de produtividade mais expressivos.

TABELA 9

PARCELA SALARIAL NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL

NOS GRUPOS DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 1996, 2000

(%)

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	1980	1996	2000	1980	1996	2000
Indústrias de transformação	17,7	29,5	22,6	17,9	28,2	21,6
Madeira e Mobiliário	19,9	38,4	33,8	20,2	35,5	29,7
Celulose, Papel e outros produtos de papel	14,3	28,5	17,4	16,3	28,4	16,8
Indústria do Fumo	11,2	15,0	13,1	10,3	23,9	7,9
Têxtil	17,5	36,3	28,0	19,2	44,4	22,1
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	19,6	38,8	35,5	21,6	35,1	30,2
Alimentação e Bebidas	13,2	24,8	21,2	13,1	21,8	20,9
Total Agroindústria	16,2	29,1	24,2	17,1	29,0	23,0

Fonte dos dados brutos: IBGE

Se a parcela salarial influencia à rentabilidade, essa também depende da importância relativa dos demais custos com operações industriais (COI) diante do valor adicionado (VTI). A proporção do VTI em relação ao COI representa o grau de agregação de valor que se realiza sobre os custos dos insumos. Ela expressa a repartição do VBP entre custos e valor adicionado e é ainda mais importante que a parcela salarial para a determinação da rentabilidade. Considere-se que, por exemplo, uma reduzida parcela salarial pode não redundar em maior rentabilidade, se o produto em que essa parcela é baixa é, por sua vez, também reduzido diante dos custos dos insumos. O indicador do grau de agregação de valor pode refletir, além de mudanças de composição interna dos grupos de agroindústrias, os efeitos de melhorias técnicas na produção, que tendem a reduzir os custos de insumos por unidade de produto.

A Tabela 10 indica que, em média, o grau de agregação de valor é inferior no total da agroindústria em relação à média da indústria de transformação, em todos os anos e nos dois âmbitos, exceto para 1980 no Rio Grande do Sul. Esse resultado é compatível com a noção de que as agroindústrias tem processos produtivos mais simples, com menor grau de elaboração sobre as matérias-primas, sendo os custos com insumos mais expressivos no valor da produção. A evolução desse indicador para o conjunto das agroindústrias no Rio Grande do Sul e no Brasil é discrepante. Para o Rio Grande do Sul, o grau de agregação de valor caiu entre 1980 e 1996 e permaneceu desde então até 2000 no mesmo patamar de 68%. Para o Brasil, onde a agroindústria detinha um grau de agregação de valor inferior ao

Rio Grande do Sul em 1980, o indicador elevou-se até 1996, voltando a cair até 2000, quando situou-se em 71%, nível superior ao do Rio Grande do Sul.

Nos diversos grupos de agroindústrias, há muitas diferenças de patamar e na evolução entre Rio Grande do Sul e Brasil. Para Madeira e Mobiliário, que em 2000 tem maior grau de agregação de valor no Brasil, a evolução foi semelhante, com esse indicador caindo de 1980 a 1996 e caindo novamente até 2000, tanto no Rio Grande do Sul como no Brasil. A queda no Rio Grande do Sul foi mais significativa, tanto que a agregação de valor que era superior no Rio Grande do Sul tornou-se relativamente menor que a nacional. No grupo Celulose, Papel e etc. houve contínua elevação para o Brasil, enquanto para o Rio Grande do Sul houve queda até 1996 e posterior elevação. O indicador continuou mais elevado para a agroindústria de Celulose, Papel e etc. do Rio Grande do Sul. Situação semelhante ocorreu para o Fumo, embora no Brasil a elevação não tenha sido contínua e o indicador tenha permanecido maior que no Rio Grande do Sul. Para o grupo da Têxtil, houve melhoria na agregação de valor no Rio Grande do Sul após 1996 e o indicador tornou-se superior ao do Brasil nesse grupo. Para Vestuário, Calçados, Couros e Peles, a evolução e os patamares são semelhantes entre Rio Grande do Sul e Brasil, mantendo-se sempre superior o indicador para o Rio Grande do Sul. Nesse Estado, para o grupo de Alimentos e Bebidas, a agregação de valor ampliou-se até 1996 e voltou a cair, sendo que nesse movimento alterou-se a posição do Rio Grande do Sul em relação ao Brasil.

Percebe-se, portanto, que no período 1996-2000 houve uma tendência geral de redução no grau de agregação de valor, expressando um encarecimento relativo dos insumos frente ao faturamento (VBP). Entretanto, para o Rio Grande do Sul, constata-se elevação desse grau em três grupos, Celulose, Papel e etc., Fumo e Têxtil; para o Brasil, elevação ocorre apenas para o primeiro desses grupos. A tendência geral parece indicar que as transformações produtivas ocorridas nos anos 90 não contribuíram para uma maior agregação de valor na agroindústria. Se houve ganhos de eficiência produtiva, eles não foram suficientes para compensar os maiores custos de insumos que podem ter decorrido também da reestruturação da produção industrial.

TABELA 10

GRAU DE AGREGAÇÃO DE VALOR (VTI EM RELAÇÃO A COI)

NOS GRUPOS DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 1996, 2000

(%)

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	1980	1996	2000	1980	1996	2000
Indústrias de transformação	69,3	88,1	80,0	70,0	81,2	71,3
Madeira e Mobiliário	109,0	81,9	78,8	112,4	75,1	62,8
Celulose, Papel e outros produtos de papel	85,5	98,1	111,3	124,0	79,6	117,3
Indústria do Fumo	106,6	146,7	140,1	103,2	51,1	115,9
Têxtil	69,1	76,5	72,7	106,7	59,0	83,5
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	101,1	81,9	73,6	109,6	86,7	76,6
Alimentação e Bebidas	44,5	73,5	60,7	46,7	58,8	49,7
Total Agroindústria	64,9	79,3	71,0	72,6	68,8	68,2

Fonte dos dados brutos: IBGE

As margens brutas de lucro representam uma medida da rentabilidade que pode ser obtida a partir dos valores dos fluxos anuais de produção obtidos nas fontes de dados utilizadas. Essa medida expressa a dimensão percentual do Excedente Bruto (VTI menos SAL) em relação à soma dos custos correntes de produção (COI mais SAL). Nota-se na Tabela 11 que, para o conjunto das agroindústrias, as margens brutas de lucro elevaram-se após 1996, sendo que o aumento relevante ocorreu para o Rio Grande do Sul, onde ampliou-se a margem de 40,8% para 45,4%. No Brasil, o pequeno aumento registrado foi de 45,7% para 46,0%, representando mais uma estabilidade desse indicador. A tendência da margem bruta de lucro no subperíodo anterior foi de queda, pois em 1980 a margem para o agregado total da agroindústria alcançava 53,5% no Rio Grande do Sul, sendo então superior à margem para o Brasil, que alcançava 49,2%. Assim, para esse agregado total, houve uma clara inversão de tendência da margem de lucro, pois desde 1980 até 1996 houve severo declínio para o Rio Grande do Sul e um declínio menos pronunciado para o Brasil, enquanto que a partir de 1996 transcorreu uma recuperação, mais efetiva para a agroindústria do Rio Grande do Sul.

Essa melhoria notada para o Rio Grande do Sul deve ser atribuída exclusivamente à redução da parcela salarial, pois o grau de agregação de valor permaneceu estável após 1996. A queda da parcela salarial, por sua vez, não é explicada pelos ganhos de produtividade, que foram ínfimos, mas sim pela redução do custo salarial médio. Para o Brasil, a estabilidade da margem bruta de lucro para o agregado das agroindústrias também deve ser atribuída à redução da parcela salarial, pois houve queda significativa no grau de agregação de valor. Também aqui e com maior evidência, a redução da parcela salarial deve-se estritamente à queda no custo salarial médio anual, pois a produtividade econômica regrediu. Nesse caso, a diminuição do custo salarial, mais acentuada que no Rio Grande do Sul, não pode ser atribuída a mudanças na estrutura salarial dos ocupados, decorrentes de expansão da ocupação, pois esta praticamente estagnou desde 1996.

TABELA 11

MARGEM BRUTA DE LUCRO NOS GRUPOS

DE AGROINDÚSTRIAS E NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

BRASIL E RIO GRANDE DO SUL — 1980, 1996, 2000

(%)

GRUPOS DE INDÚSTRIAS	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	1980	1996	2000	1980	1996	2000
Indústrias de transformação	50,8	49,3	52,5	51,1	47,4	48,4
Madeira e Mobiliário	71,8	38,4	41,2	73,1	38,3	37,2
Celulose, Papel e outros produtos de papel	65,3	54,9	77,0	86,4	46,5	81,5
Indústria do Fumo	84,6	102,1	102,9	83,6	34,7	97,8
Têxtil	50,9	38,1	43,5	71,5	26,0	54,9
Vestuário, Calçados, Couros e Peles	67,8	38,1	37,6	69,5	43,2	43,4
Alimentação e Bebidas	36,5	46,7	42,4	38,3	40,8	35,6
Total Agroindústria	49,2	45,7	46,0	53,5	40,8	45,4

Fonte dos dados brutos: IBGE

Considerando o comportamento das margens brutas de lucro para os grupos de agroindústrias, nota-se algumas evoluções divergentes da tendência média para o conjunto da agroindústria. Assim, em Madeira e Mobiliário, para o Rio Grande do Sul, o período após 1996 continua marcado pelo declínio da margem de lucro, embora para o Brasil

ocorra uma recuperação. No grupo de Celulose, Papel e etc. ocorre o mesmo movimento descrito para a totalidade da agroindústria, nos dois âmbitos em foco. Para a indústria do Fumo, observa-se para o Rio Grande do Sul o mesmo movimento, porém cabe destacar a intensa queda ocorrida até 1996, quando a margem chegou a ser apenas de 34,7%, passando para 97,8% em 2000, nível ainda inferior ao do Brasil. Neste âmbito, a agroindústria do Fumo apresentou um comportamento distinto para a margem de lucro, pois houve uma melhoria entre 1980 e 1996. Quanto à agroindústria Têxtil, repete-se o mesmo movimento geral, de declínio e posterior ascensão da margem de lucro, o que foi particularmente acentuado para o Rio Grande do Sul. O grupo de agroindústrias de Vestuário, Calçados, Couros e Peles apresentou queda até 1996 para a margem de lucro, porém a recuperação posterior foi insignificante, quase nula. Por fim, no grupo de Alimentação e Bebidas, ocorreu um movimento inverso ao observado para o agregado total das agroindústrias, ou seja, a margem bruta de lucro elevou-se de 1980 a 1996 e caiu desde então.

Em 1980 a margem bruta de lucro era maior para o Rio Grande do Sul e cinco dos seis grupos de agroindústrias, sendo exceção apenas o do Fumo. Em 1996, a situação era bem diferente, pois somente no grupo de Vestuário, Calçados, Couros e Peles mantinha-se a vantagem para a agroindústria gaúcha. Em Madeira e Mobiliário havia uma equivalência e nos demais quatro grupos havia desvantagem para o Rio Grande do Sul. Enfim, no ano de 2000, em três grupos de agroindústrias a margem bruta situava-se no Rio Grande do Sul abaixo da observada para o Brasil (Fumo, Alimentação e Bebidas, Madeira e Mobiliário) e nos demais três grupos era superior nessa unidade federada.

5. Conclusões

Nossa análise indicou um movimento de reversão no comportamento de diversos indicadores a partir de 1996 para a agroindústria do Rio Grande do Sul. A reversão foi mais significativa para o produto e a ocupação, que voltaram a crescer, refletindo principalmente circunstâncias conjunturais, que no período posterior a 1996 podem resultar da desvalorização cambial e do conseqüente aumento das exportações.

Por outro lado, nossa análise não revelou indicações importantes quanto a mudanças de aspecto estrutural, que seriam decorrência da reestruturação produtiva provocada pelo fluxo de IDE e/ou pela maior exposição da produção da agroindústria à concorrência externa. Tais aspectos poderiam se expressar em ganhos de produtividade, que entretanto foram ínfimos para o agregado total da agroindústria. É verdade que o desempenho da produtividade melhorou no Rio Grande do Sul após 1996, pois no período anterior seu crescimento fora praticamente nulo.

Enquanto isso, observamos que o grau de agregação de valor manteve-se estável no Rio Grande do Sul após 1996, reduzindo-se no Brasil. No âmbito nacional, os dados indicaram que, após 1996, houve piora nos desempenhos da ocupação, do produto e da produtividade.

No que se refere aos grupos de agroindústria, cabe destacar aqueles em que houve melhoria nos indicadores apresentados. Para a agroindústria do Fumo, observaram-se ganhos de produtividade que parecem ter sido relevantes para manter sua rentabilidade no Brasil e elevá-la no Rio Grande do Sul, onde também evoluiu de maneira muito positiva a agregação de valor. Isso ocorreu também para a agroindústria Têxtil, embora somente para o Rio Grande do Sul, onde observou-se ganhos de produtividade e cresceu o grau de agregação de valor. Para o grupo de agroindústrias de Celulose, Papel e etc., tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, houve aumentos expressivos da produtividade, os quais explicam a redução da parcela salarial, já que a queda dos custos salariais nesse grupo foi pequena. Também nesse grupo ampliou-se bastante o grau de agregação de valor, nos âmbitos nacional e estadual. Em todos os três grupos de agroindústrias citados há

indicações da ocorrência de melhorias da rentabilidade devidas a ganhos de produtividade e na agregação de valor, que podem expressar mudanças nos processos produtivos.

Referências bibliográficas

- ACCURSO, Jorge (1993). Notas sobre a estimativa do PIB do RS. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v.14, n.2, p. 541-57
- ACCURSO, Jorge (2000). A economia gaúcha nos anos 90. In FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). op. cit.
- BAER, M. (1993). **O rumo perdido**: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BENETTI, Maria (1997). Rio Grande do Sul: estratégias empresariais nos agronegócios, no período pós 1990, e questões emergentes. **Indicadores Econômicos FEE**. v.25, n.3, p. 169-98.
- BENETTI, Maria (2000). Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização. In FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). op. cit.
- CEPAL (2002). **Globalización y desarrollo**. [s.n.t.]
- COUTINHO, L. (1998). O desempenho da indústria sob o Real. In MERCADANTE, A. (org.) (1998). **O Brasil pós-Real**: a política econômica em debate. Campinas, IE-UNICAMP.
- FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre, FEE.
- GONÇALVES, R. (1999). **Globalização e desnacionalização**. São Paulo, Paz e Terra.
- LAPLANE, M., SARTI, F. (1997). Investimento Direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. **Economia e Sociedade**. Campinas, v.8, p. 143-181, jun.
- MACADAR, B. e BELLO, T. (2000). “O contexto internacional e o comércio externo do Rio Grande do sul na década de 90”. In FLIGENSPAN, Flávio (coord.) (2000). op. cit.
- MAIA NETO, A. A.(2000) A economia gaúcha na década de 90. **Carta de Conjuntura FEE**. Porto Alegre: , v.9, n.10, p.01 - 08,
- MIRANDA, J.C., MARTINS, Luciano (2000). Fusões e aquisições de empresas no Brasil. **Economia e Sociedade**. Campinas, v.14, p. 67-88, jun.
- PACHELLI, D. H. (2002) Investimentos Externos Diretos Versus Desenvolvimento Econômico no Brasil, da década de 90 aos dias atuais. [disponível on-line em www.fanorpi.com.br/web/atividades/artigos2002/Investimentos etc. acessado em 06.maio.2003]
- PARRÉ, J. L. et al. (2001). **Desempenho do setor agroindustrial da região sul do Brasil**. [disponível on-line em <http://www.fearp.usp.br/egna/resumos/Parre.pdf> acessado em 07.maio.2003]
- RODRIGUES, Rute Imanishi (1999). **Empresas estrangeiras e fusões e aquisições**: os casos dos ramos de autopeças e de alimentação/bebidas em meados dos anos 90. Brasília: IPEA (texto para discussão nº 622)
- SOUZA, N. de J. de (2002). Exportações e crescimento econômico no RS - 1951-01. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v.23, número especial, p. 565-602,
- TAVARES, M. C. (1993a). As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência. In TAVARES, M. C., FIORI, J. L. (1993). **(Des)ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.